

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 2



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
---	--

P964	A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 2)
------	---

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-293-7
DOI 10.22533/at.ed.937192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 2º volume, reuni o total de 24 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem direito e educação, direito social, currículo escolar, desafios gerenciais, gestão de segurança, trabalho e saúde, relatos de experiência, tecnologias, homofobia, educação especial e “jovens rurais”. São temas diversos que propõe um olhar mais amplo dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 2º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL À LUZ DA NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes Elisa Maria Andrade Brisola Edna Maria Querido de Oliveira Chamon	
DOI 10.22533/at.ed.9371926041	
CAPÍTULO 2	21
A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DE MENINAS NA PERSPECTIVA DE MARY DASCOMB	
Jamilly Nicácio Nicolete	
DOI 10.22533/at.ed.9371926042	
CAPÍTULO 3	34
A PROMOÇÃO DO DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO DECOLONIAL PELA ESCOLA DE SAMBA BEIJA FLOR DE NILÓPOLIS NO DESFILE DE 2018: CRÍTICA LITERÁRIA E SOCIAL	
Aline Lourenço de Ornel Andreia Lourenço de Ornel	
DOI 10.22533/at.ed.9371926043	
CAPÍTULO 4	49
APONTAMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO E O CURRÍCULO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9371926044	
CAPÍTULO 5	61
CAPITAL INTELECTUAL COMO FATOR PARA OBTENÇÃO DE VANTAGENS COMPETITIVAS	
Danilson Costa do Nascimento Gilson Scholl Pires	
DOI 10.22533/at.ed.9371926045	
CAPÍTULO 6	69
CURRÍCULO E RESISTÊNCIA: MEDITAÇÃO E PRÁTICAS ORIENTAIS NA ESCOLA	
Kátia Batista Martins Julia Salido Alves Paula Negreiros de Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.9371926046	
CAPÍTULO 7	81
DESAFIOS GERENCIAIS DO SISTEMA DE SAÚDE DA MARINHA CONSIDERANDO O NOVO REGIME FISCAL, O AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA E A VARIAÇÃO DE CUSTOS MÉDICO-HOSPITALARES	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos Murilo Mac Cord Medina	
DOI 10.22533/at.ed.9371926047	

CAPÍTULO 8	100
DESCOBRINDO A SI MESMO: COMO A IMAGEM CORPORAL CONTRIBUI PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NA ADOLESCÊNCIA?	
Camila Ribeiro Menotti	
DOI 10.22533/at.ed.9371926048	
CAPÍTULO 9	106
EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NAS ESCOLAS EM PORTUGAL: ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE SUA TRAJETÓRIA E SUAS AÇÕES	
Ana Cláudia Bortolozzi Maia	
Teresa Vilaça	
DOI 10.22533/at.ed.9371926049	
CAPÍTULO 10	120
FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS APLICADAS NA GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	
Ana Lúcia Andrade Tomich Ottoni	
Altamir Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.93719260410	
CAPÍTULO 11	138
GENERIFICAÇÃO PATRIARCAL: DISTINÇÃO E GÊNESE SÓCIO-HISTÓRICA DO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Ana Tereza da Silva Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.93719260411	
CAPÍTULO 12	154
JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Roseane de Aguiar Lisboa Narciso	
DOI 10.22533/at.ed.93719260412	
CAPÍTULO 13	166
O CONSUMO DE STATUS E SUA RELAÇÃO COM A FELICIDADE SOB A ÓTICA DE ALUNOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
Alexandre Cappellozza	
Glauco Carvalho Campos	
Maria da Conceição Medeiros	
Raquel Teixeira Vianna de Paula	
Rogério Teixeira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.93719260413	
CAPÍTULO 14	179
O CUIDADO INDIVIDUALIZADO AO PACIENTE HOMOSSEXUAL PORTADOR DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Alexia Camargo Knapp de Moura	
Juliana de Paula Teixeira	
Karen Domingues Gonzales	
Lílian Moura de Lima Spagnolo	
DOI 10.22533/at.ed.93719260414	

CAPÍTULO 15	194
O IMPACTO DA GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	
Paula Zanforlin Camargo	
Ana Beatriz Pereira	
Eliane Cristina de Antonio	
DOI 10.22533/at.ed.93719260415	
CAPÍTULO 16	200
O SILENCIAMENTO DA ESCOLA FRENTE A HOMOFOBIA	
Helder Júnio de Souza	
Adla Betsaida Martins Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.93719260416	
CAPÍTULO 17	213
REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA NA ESCOLA PÚBLICA	
Andrea Oliveira D'Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.93719260417	
CAPÍTULO 18	223
REFLEXÕES SOBRE CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.93719260418	
CAPÍTULO 19	228
ROUSSEAU: A CUMPLICIDADE ENTRE NATUREZA E PATRIARCADO NA EDUCAÇÃO DE SOFIA	
Letícia Machado Spinelli	
DOI 10.22533/at.ed.93719260419	
CAPÍTULO 20	240
TECNOLOGIAS MÓVEIS: OS IMPACTOS NA INTERAÇÃO SOCIAL E NO PROCESSO COMUNICACIONAL	
Briza Martins	
Guilherme Juliani de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.93719260420	
CAPÍTULO 21	252
TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA COM O USO DA SOFT SYSTEM METHODOLOGY (SSM): RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Patricia Rodrigues Miziara Papa	
Valéria Tomas de Aquino Paracchini	
Dyjalma Antonio Bassoli	
Thiago Henrique de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.93719260421	
CAPÍTULO 22	268
UM MODELO TÁTIL DA TABELA PERIÓDICA: O ENSINO DE QUÍMICA PARA ALUNOS CEGOS NUM CONTEXTO INCLUSIVO	
Sandra Franco-Patrocínio	
Jomara Mendes Fernandes	
Ivoni Freitas-Reis	
DOI 10.22533/at.ed.93719260422	

CAPÍTULO 23	278
UMA EXPERIENCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE FACULDADE DE TECNOLOGIA E EMPRESA GERANDO PROJETOS DE MELHORIA NA FORMAÇÃO DO TECNOLOGO	
Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho Luciano José Dantas Fabio Conte Elaine Cristine de Souza Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.93719260423	
CAPÍTULO 24	288
VISIBILIDADE DE JOVENS RURAIS: “ACREDITO É NA RAPAZIADA”	
Ana Maria do Nascimento Ercília Maria Braga de Olinda	
DOI 10.22533/at.ed.93719260424	
CAPÍTULO 25	303
O CONTRABANDO DE CIGARROS NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI	
Amanda Caroline Schallenberger Schaurich Andressa Braga da Silva Graziele Aparecida Carneiro Wille Lucimara Fátima de Macedo Savitraz Carla Liliane Waldow Esquivel	
DOI 10.22533/at.ed.93719260425	
SOBRE O ORGANIZADOR	307

ROUSSEAU: A CUMPLICIDADE ENTRE NATUREZA E PATRIARCADO NA EDUCAÇÃO DE SOFIA

Letícia Machado Spinelli

Universidade Federal de Santa Maria,
Departamento de Ciências Sociais
Santa Maria – Rio Grande do Sul

RESUMO: Este texto busca reconstruir criticamente a educação de Sofia ou da mulher concebida por Rousseau no livro V do *Emílio*. A partir da associação entre natureza, utilidade e educação, Rousseau caracteriza a formação adequada à mulher subvertendo o ideal pedagógico da autonomia e da emancipação. A tarefa crítica consiste na tomada de gênero enquanto categoria de análise, a qual resultará na conclusão de que a educação de Sofia é concebida de forma utilitária considerando o papel da mulher no interior de uma sociedade patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: Rousseau, educação, gênero.

ROUSSEAU: THE COMPLICITY BETWEEN NATURE AND PATRIARCHY IN SOPHY'S EDUCATION

ABSTRACT: This text seeks to reconstruct critically the Sophy's education or of the woman conceived by Rousseau in book V of *Emile*. From the association between nature, utility

and education, Rousseau characterized the formation appropriate to women by subverting the pedagogical ideal of autonomy and emancipation. The critical task is to take gender as a category of analysis, which will result in the conclusion that Sophy's education is described in terms utilitarian considering the role of woman within a patriarchal society.

KEYWORDS: Rousseau, education, gender.

De acordo com a tese de que a natureza é um modelo normativo de valor, Rousseau prescreve os comportamentos feminino e masculino nos termos do que supostamente dita a natureza de cada gênero. Não se trata de uma teoria que guarde como pressuposto explícito uma inferioridade feminina, mas uma *diferença* entre os sexos. Seu argumento básico é que a natureza criou homens e mulheres de modo distinto e que cada um deve seguir a sua função e competência natural. O chamado “naturalismo pedagógico” de Rousseau aponta que a tarefa da educação consiste em seguir os desígnios da natureza. Sob esse aspecto, o autor apresenta uma educação adequada a cada sexo, mediante a qual se ensina homens a serem homens e mulheres a serem mulheres conforme o desígnio da natureza.

O que se observa na educação de Sofia, ícone da educação da mulher, é justamente

a formação da mulher dentro do modelo patriarcal. As preocupações que regem a educação de Sofia (e, portanto, da mulher) diferem sobremaneira daquelas que norteiam a formação de Emílio, isto é, do homem. Enquanto Emílio é educado para a autonomia, Sofia é educada à subserviência. Esses pressupostos coincidem justamente com os postos sociais que cada um deve ocupar. Assim cada um deve receber uma educação concernente ao seu caráter. Daí emerge a questão de que o natural não é concebido nos termos de um inevitável ou de uma destinação arraigada, caso contrário não seria necessário mobilizar tão fortemente a prática formativa. Torna-se mais claro, por um lado, o caráter utilitário das funções de gênero e, por outro, que a educação emerge como um meio a partir do qual esse caráter é forjado.

1 | NATUREZA, PAPEIS DE GÊNERO E UTILIDADE

“Se quereis estar bem orientado? Seguis sempre as indicações da natureza. Tudo o que caracteriza o sexo deve ser respeitado como estabelecido por ela”(ROUSSEAU, 1969 b, p.700). Afirmações como essa são frequentemente suscitadas por Rousseau (e ainda em tempos hodiernos) no intuito de ajuizar a conduta de homens e mulheres. O que está intrínseco a uma orientação do sexo a partir da natureza é o forte caráter determinista a ela inerente. Não seguir as orientações da natureza tem (à primeira vista) a conotação do rompimento com certo destino, por um lado, e, por outro, em consequência disso, a previsão de ser mal sucedido, uma vez que se está tentando ser ou fazer algo contrário ou que não se alinha a sua essência.

Rousseau, particularmente, engendra o que no interior da teoria feminista é denominado de determinismo biológico, o qual é caracterizado por uma íntima relação entre biologia e comportamento, ou seja, conforme Nicholson (2000, p.12) “que as constantes da natureza são responsáveis por certas constantes sociais”. A especificidade do discurso rousseuniano é que o determinismo biológico aparece em termos tão ternos e suaves a ponto de redundar, num primeiro momento como algo lisonjeiro: “Honrai vosso estado de mulher e em qualquer condição que o céu vos tenha colocado, sereis sempre uma mulher de bem. O essencial é sermos o que a natureza nos fez, somos sempre demais o que os homens querem que sejamos” (ROUSSEAU, 1969 b, p.736). Se observa no recurso do uso da “natureza” um modo de engessar o comportamento feminino e justificar o masculino sob a égide de uma determinação anterior à estrutura social: “é da ordem da natureza que a mulher obedeça ao homem” (Rousseau, 1969 b, p.766). Dentro dessa lógica, Rousseau naturaliza características supostamente femininas instrumentalizando-as dentro de um esquema de opressão no qual a desigualdade de gênero vem já afiançada nas próprias características dos homens e das mulheres.

Ser o que a natureza nos fez, contudo, é um imperativo cuja execução pede por um entendimento das indicações da natureza, as quais não são tão explícitas, no sentido de espontaneamente seguidas, quanto supõe Rousseau. A passagem

que segue é especialmente rica na compreensão do dueto natureza e subordinação feminina:

A primeira e mais importante qualidade de uma mulher é a doçura. Feita para obedecer um ser tão imperfeito como o homem, frequentemente cheio de vícios e sempre tão cheio de defeitos, ela deve aprender a suportar mesmo a injustiça, assim como os erros de seu marido sem se queixar (ROUSSEAU, 1969 b, pp.710-711).

Rousseau exalta a doçura não só como a primeira, mas como a mais importante característica da mulher sob a justificativa de que ela é feita (caráter natural) para obedecer uma ser tão imperfeito como o homem. Mencionar a imperfeição do homem, cheio de vícios e defeitos, é um artifício frequentemente mobilizado pelo autor no sentido de passar a impressão de certa superioridade moral da mulher. Trata-se de um argumento que, por trás do apelo melífluo e aparentemente lisonjeiro, repercute numa forma de manter a opressão sob a aparência de desvelo e honra. Ao tratar do potencial crítico da teoria do reconhecimento, Axel Honneth observa que imagens historicamente e culturalmente enlevadas do soldado e da dona de casa se constituem em meios retóricos de manutenção de práticas ideológicas de hierarquia. “Longe de fazer uma contribuição duradoura para o condições de autonomia dos membros da nossa sociedade, o reconhecimento social aparece apenas para servir à criação de atitudes de acordo com o sistema dominante” (HONNETH, 2007, p. 323). Tratam-se de formas ideológicas de reconhecimento que agenciam a opressão que não é efetivada mediante a força, mas pelo teor da sua apresentação, guardam anuência no oprimido. Essa parece ser a maior peculiaridade do pensamento patriarcal em Rousseau, não há uma inferiorização das mulheres, tampouco de seus feitos, mas um jugo concebido com doçura, uma opressão envolvida em palavras bonitas e suaves.

Rousseau aplica a retórica do homem vicioso face à mulher doce e compreensiva no sentido de legitimar a conduta de cada um. A passagem citada menciona certa complacência feminina em vista de que a mulher é feita para obedecer ao homem. Num primeiro momento, pode se impor a impressão de que tal doçura se apresenta espontaneamente em vista do próprio desígnio da mulher, com efeito, a passagem diz que a mulher “*deve aprender a suportar mesmo a injustiça, assim como os erros de seu marido sem se queixar*”. Inerente a esse aprendizado se impõe, por um lado, (e esse é o ponto que interessa nesse momento) a conjugação entre natureza (feito para), utilidade e subordinação e, por outro (em vista disso) que o caráter natural não exclui a importância da educação de gênero, a qual forjada na perspectiva de que mulheres devem estar preparadas para compreender a imperfeição dos homens.

Okin (1979, p.401) observa a respeito de Rousseau que

Ele está usando o conceito do natural e da lei da natureza de forma muito seletiva, a fim de justificar o que ele, o filósofo, considera ser bom e útil para a humanidade. A natureza que estabelece como lei todos estes aspectos da dependência da mulher ao homem não é claramente o original estado de natureza, no qual os sexos foram pouco diferenciados e igualmente independentes.

O que Okin denuncia é que o uso de “natureza” por Rousseau no que tange às relações de gênero configura um modo obscuro de implementar a demanda de que a sociedade “funciona melhor” dentro do paradigma da subordinação da mulher ao homem. No sentido de colaborar com a tese de Okin, é interessante observar a afirmação rousseauniana (1969 b, p.692) de que “Sofia deve ser mulher assim como Emílio é homem, quer dizer, deve conter tudo que convém à constituição de sua espécie e de seu sexo para preencher o seu lugar na ordem física e moral”. Ocupar o lugar diz respeito ao papel de gênero estabelecido à homens e mulheres no interior da vida social, de maneira que o caráter natural, ao fim e ao cabo, vem no sentido de expressar o que é aconselhável (na perspectiva apontada por Okin) de bom e útil para a humanidade. Esse sentido de natural também é apontado Ingrid Markus. A comentadora apresenta quatro sentidos distintos para o termo “natureza” no seu uso por Rousseau:

Em primeiro lugar, o que é ‘natural’ é o que se encontra no estado original da natureza, conforme descrito no *Segundo Discurso*. Em um segundo sentido, o que é ‘natural’ é o que é compatível com o corpo, os próprios atributos biológicos. Em terceiro lugar, o que é ‘natural’ é o que é o resultado da adaptação ao seu meio ambiente - é o que se pode esperar que aconteça dada certa condição. E em quarto lugar, o que é ‘natural’ é simplesmente o que é bom (MARKUS, 2002, p.204)

Tomar natural nos termos do que é “bom” ou “útil” ou até nos termos de “adaptação ao seu meio ambiente” (terceiro sentido apontado por Markus) garante, por um lado, a coerência da lógica rousseauniana de associar a conduta natural com a educação ou aprendizado da mesma e, por outro, o caráter utilitário da educação de gênero para a manutenção da sociedade na qual os homens são cidadãos junto à *res pública* com a garantia de uma lar harmonioso mantido pelas mulheres.

Na definição de Rousseau (1969 a, p.352), “a família é (...) o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo é a imagem das crianças, e todos nascem iguais e livres, alienando sua liberdade apenas para a sua utilidade”. A utilidade, portanto, se constitui em condição para a alienação da liberdade. No modelo da família de Rousseau, no qual a figura da mãe não aparece explicitamente, é a mulher a primeira a alienar a sua liberdade em vista da utilidade. É bom e útil que a mulher permaneça restrita às tarefas domésticas e ao cuidado da família, uma vez que a vida familiar pede por uma dedicação que fomente a sua união.

O que mais se sobressai é justamente o caráter dicotômico do uso de natural, sobretudo, no que tange à educação de Emílio e aquela de Sofia. Ambos são formados dentro do pressuposto de uma pedagogia natural: com efeito, o sentido de natural encarna diferentes manifestações na formação de Emílio e na formação de Sofia, do homem e da mulher.

A educação de Emílio deveria ser natural, concebida para permitir o desenvolvimento de suas faculdades racionais, realizadas ao ar livre tanto quanto possível, organizadas em torno de sua própria natureza e que o ajudasse a compreender e até mesmo a dominar o mundo natural. Sofia também deveria ser educada de acordo com a natureza. Mas em seu caso, Rousseau muda o foco de sua educação,

de tal maneira que, em vez de seus próprios desejos, o que prevalece é a natureza do mundo que ela habita e seus papéis como mãe e esposa (CAINE, SLUGA, 2000,p.26)

Emílio foi educado para ser a si mesmo segundo a natureza, o melhor que o homem possa realizar dentro de um perspectiva de liberdade e autonomia. Sofia, por sua vez, foi educada para atender demandas não do que ela, como ser humano, poderia realizar, mas em vista de uma contribuição num modelo de sociedade na qual a real realização de desejos e aptidões é reservada apenas ao sexo masculino. Dentro dessa perspectiva da utilidade da mulher na manutenção da vida familiar e social, é interessante mencionar a passagem do estado de natureza para a sociedade civil no que tange ao cuidado das crianças: no contexto da sociedade civil a infância é, por assim dizer, prolongada no sentido de que existem mais demandas e habilidades exigidas. A sociedade civil exige o aprendizado e desenvolvimento da fala, leitura, escrita, comportamento adequado e ainda a criação de meios para ganhar a vida. O cuidado na infância, a fim de fomentar que essas exigências sejam alcançadas, é pensado como uma atribuição exclusivamente feminina.

Não se trata, porém, de uma atribuição concebida enquanto um caráter socialmente forjado ou coercitivo, como se as mulheres fossem forçadas a desempenhar essa função, mas na sua concepção carrega um caráter de destino e voluntariedade. E conforme diz Rousseau (1969b, p.696), trata-se de um gosto, não de virtude: “Quanta ternura e cuidado ela não deve ter para manter união de toda a família! E enfim tudo isso não devem ser virtudes, mas gostos, pois diferentemente a espécie humana seria extinta”. A base do argumento está justamente na sobrevivência da espécie humana e do direcionamento natural da mulher, na forma de “gosto”, em manter a união familiar. Há, portanto, segundo o discurso de Rousseau, uma coincidência entre o “gosto” da mulher e o caráter utilitário da sua função no interior da sociedade, como se natureza e cultura convergissem na mesma direção. O que se impõe é justamente a admissão e atribuição de natural (no caso do comportamento feminino) àquilo que é socialmente desejável no interior de um modelo patriarcal.

2 | EDUCAÇÃO DE GÊNERO: O CARÁTER “PEDAGÓGICO” DO LIVRO V DO EMÍLIO

“Moldamos as plantas pela cultura, e os homens pela educação” (ROUSSEAU, 1969 b, p.246). A partir dessa afirmação fica claro o caráter formador da educação. Com efeito, conforme visto anteriormente, não se trata de uma formação qualquer, mas aquela que seja condizente com os desígnios da natureza. Sob esse aspecto, considerando que a natureza traça perfis distintos para homens e mulheres, por suposto se impõe uma educação adequada para cada gênero. Os princípios da igualdade e da liberdade geralmente invocados quando se pretende referenciar a obra

e a teoria de Rousseau perdem um pouco de sentido quando se percebe o modo como é estruturada a educação para homens e mulheres, uma vez que o perfil formador feminino preza pela opressão e a anulação.

A apresentação de sua obra magna acerca da educação retrata de modo bastante explícito o espaço e o que a educação deve prover para homens e mulheres. O título *Emílio ou Da educação* não é nada enganador. Embora Rousseau afirme (1969 b, p. 252) que “nosso verdadeiro estudo é o da condição humana”, ele se detém com afinco a pensar a educação adequada ao homem. É curioso nesse sentido o processo de construção e escolha de seu pupilo ideal: Rousseau pondera sobre a possível região de nascimento de seu educando (1969 b, p.266), sobre sua classe social (1969 b, p.267), sua saúde (1969 b, pp.271-272), mas não questiona seu gênero.

Poder-se-ia argumentar que se trata de uma escolha, do ponto e vista de gênero, aleatória e meramente formal, ainda mais quando se toma em consideração o apelo universalista dos primeiros livros da obra. Embora Rousseau tenha escolhido Emílio como seu discípulo, seu discurso decorre de tal maneira (mencionando, inclusive, cuidados que devem ser tidos com bebês) que se pensa na educação aplicada e adequada tanto para homens como para mulheres. Somente à medida que são apresentadas a educação intelectual, manual e social de Emílio é que torna claro se tratar de uma educação voltada para a atuação no interior da vida social, a formação para a vida pública. Portanto, Emílio sempre foi Emílio: um homem. Não caberia pensar de outra maneira, Rousseau não seria preceptor de uma mulher, uma vez que sua educação está direcionada para a formação de um bom cidadão.

2.1 A Apresentação De Sofia

Na extensa e exaustiva obra *Emílio*, apenas um capítulo é dedicado à educação da mulher, apresentada na figura de Sofia. No quinto e último livro, Sofia tem sua presença anunciada e justificada em termos nada lisongeiros: “Não é bom que um homem esteja só. Emílio é homem. Nós lhe prometemos uma companheira, é necessário dar-lhe. Essa companheira é Sofia” (ROUSSEAU, 1969 b, p. 692).

A figura da Sofia e, portanto, da mulher, aparece em Rousseau de modo semelhante daquele da narrativa bíblica: não é bom que um homem esteja só, é necessário dar-lhe uma companheira. Disso se segue que a figura de Sofia não aparece propriamente em vista da necessidade (em si mesma) de se tematizar a educação da mulher, mas porque Emílio precisa dessa figura feminina. A mulher e a sua educação aparecem em vista de uma necessidade do homem. No diálogo imaginário que Rousseau apresenta entre Sofia e seu pai a propósito da iminência da busca de um “pretendente”, essa questão da mulher viver pelo e para o homem fica bastante evidente na seguinte passagem. Diz o pai à Sofia: “A felicidade de uma moça honesta [*honnête fille*] é propiciar a felicidade de um homem honesto. É necessário, portanto, pensar em se casar...” (ROUSSEAU, 1969 b, p. 755). Uma moça honesta só é feliz *tornando* um

homem honesto feliz. Parece que nada na mulher é para ela mesma, mas sempre em função do homem: “As mulheres não devem ser robustas como eles, mas para eles, para que os homens que nasceram delas o sejam também” (ROUSSEAU, 1969 b, p.705). Essa “doação”, por si mesma chocante, uma vez que apresenta a mulher e a sua razão de ser não como um fim em si mesmo, mas como um meio facilitador da vida do homem é concebido em termos do que as feministas posteriormente designaram como complementariedade de gênero caracterizada nos termos de que o caráter e a formação da mulher devem ser pensados de modo a complementar o caráter e a formação do homem.

Rousseau observa que “depois de buscar caracterizar o homem natural, para não deixar imperfeita a nossa obra, vejamos como deve ser caracterizada a mulher apropriada a esse homem” (ROUSSEAU, 1969b, p. 700). Dentro dessa adequação vem explícita a necessidade de que essa mulher seja “formada”, “educada” e “instruída” de modo atender os anseios, imperfeições e necessidades dos homens. Dentro dessa conveniência é forjado o gênero feminino como complementar ao masculino:

um deve ser ativo e forte, o outro passível e fraco. É preciso necessariamente que um queira e possa; basta que o outro resista pouco. Estabelecido esse princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem (ROUSSEAU, 1969 b, p.693).

A tese da complementariedade de gênero se constitui no sentido de identificar e naturalizar nas mulheres características que de certa forma fortaleçam e legitimem certas características ditas masculinas: se o homem é forte, a mulher deve ser fraca, se ele se caracteriza pela insistência, ela deve ceder às investidas, se ele é destinado à vida pública, ela deve se restringir à vida privada, se ela é racional, ela deve ser emocional, se ele é errante e vicioso, ela deve sempre perdoar.

2.2 Alguns Pontos da Educação de Sofia

Rousseau afirma que a espécie representa tudo o que o homem e a mulher têm em comum e o gênero comporta tudo o que os distingue (Cf. ROUSSEAU, 1969 b, p. 693). As diferenças oriundas do gênero, por um lado, sob o pressuposto dos auspícios naturais, convergem para a inutilidade em discutir sobre preferências, perfeição ou igualdade entre os homens e as mulheres e, por outro, formam a base para a postulação de uma educação adequada a cada um. Conforme já foi apontado, nessa “diferença” vem implicada uma educação que “treina” a mulher à subordinação e à subserviência. Rousseau (1969 b, p.709), inclusive, é bastante direto: “De início, é necessário exercitá-las na obrigação a fim de que não lhes custem nada domar todas as suas fantasias para lhes submeter às vontades de outrem”. O caráter pedagógico na formação de Sofia ou da mulher inclui pontos impensáveis no contexto da educação de Emílio e isso em vista de que ela é formada para servir, obedecer e ceder à outrem.

A par da dedicação exaustiva de Emílio no cultivo da razão, Rousseau observa (1969b, p.791) que “a arte de pensar não é alheia às mulheres, mas elas devem tocar

apenas levemente nas ciências de raciocínio”. Melhor do que uma mulher instruída, diria Rousseau, é a mulher que se pode instruir:

Oh amável ignorante! Feliz daquele que se destina a lhe instruir. Ela não será a professora de seu marido, mas seu discípulo. Antes de desejar sujeitar-lhe a seus próprios gostos, ela toma os dele. Ela será melhor para ele do que se fosse culta: ele terá o prazer de lhe ensinar tudo (ROUSSEAU, 1969 b, pp.769-770).

A educação de Sofia é uma educação moldada segundo os ditames do patriarcado, uma educação para o favorecimento do homem. Considerando a diferença na educação de homens e mulheres bem como suas aptidões, Rousseau observa (1969 b, p.747) que “o que Sofia sabe de melhor, e que fizeram-na aprender com mais cuidado, são os trabalhos de seu sexo...”. Isso a ponto, inclusive, de retirar-lhe o “gosto” por qualquer atividade intelectual:

Quase todas as meninas aprendem a ler e a escrever com repugnância, mas quanto a segurar uma agulha, elas aprendem sempre de bom grado. Elas se imaginam adultas, e sonham com prazer que esses talentos poderão um dia lhes servir para se enfeitar (ROUSSEAU, 1969 b, p.707).

Com tanta dedicação e cuidado nos labores domésticos e na administração do coquetismo, pouco tempo sobra para atividades intelectuais, mas isso não é um problema, uma vez que essa não é sua verdadeira aptidão. Rousseau não nega que a mulher deva ser instruída de alguma maneira e em vista de algum fim. Com efeito, o que prevalece é que essa “educação” guarda a especificidade dos papéis de gênero, por um lado, e da subserviência, por outro, considerando sempre o aspecto do destino natural. Dentro dessa destinação, o foco central se concentra no perímetro doméstico: “Afim onde está a necessidade de que uma menina saiba ler e escrever tão cedo? Será que tão cedo terá um casa para governar?” (ROUSSEAU, 1969 b, p.708). Ou seja, o objetivo do aprendizado da leitura e da escrita se concentra numa perspectiva de atuação inerente aos cuidados domésticos. Nada que demande grande aporte reflexivo.

Isso é especialmente intrigante (salvo a possibilidade da ironia!) num contexto no qual o protótipo da mulher se chama Sofia, sabedoria. Sofia, a mulher, não foi, contudo, destinada à sabedoria nos mesmos termos que os homens. À Sofia não cabe a sabedoria, mas sabiamente viver dentro dos “desígnios” da natureza feminina (SPINELLI, 2016, p.211).

A sabedoria de Sofia está em atender puramente aos ditames do que se acredita ser a mulher capaz, por um lado, e destinada, por outro. O caráter pedagógico da formação da mulher é subvertido na sua ideia embrionária, uma vez que a educação não atua de modo libertador ou no sentido de desenvolver aptidões e desejos inerentes ao sujeito. Tudo isso, porém, carrega a sua justificativa. Rousseau não apresenta o que identificamos como opressão da mulher na forma de um discurso explicitamente tirânico. A cumplicidade do argumento natural e o caráter patriarcal concedem certa harmonia, beleza e suavidade à condição social da mulher. Quer acionando a vocação natural quer mobilizando o coquetismo inerente à mulher, Rousseau objetiva que

todos esses “trabalhos de seu sexo” são executados com gosto e que isso se impõe, inclusive, na tenra infância:

Os meninos procuram o movimento e o barulho: tambores, peões, pequenas carruagens. As meninas preferem o que é chamativo e serve de ornamento: espelhos, jóias, panos e principalmente bonecas; a boneca é a diversão especial desse sexo. Aqui está obviamente seu gosto sendo determinado pelo seu destino (ROUSSEAU, 1969 b, p.706).

A destinação natural é, portanto, o que afiança o gosto da mulher pela prática daquilo que se atribui ao feminino. Parece que Rousseau, em nenhum momento, questiona o aspecto determinista disso. Não há e seu discurso a possibilidade de se destacar o argumento do construcionismo social, embora frequentemente ele observe que é o útil que as mulheres façam os “trabalhos de seu sexo”.

A rigidez dos deveres relativos aos dois sexos não é, nem pode ser, a mesma. Quando a mulher reclama a esse respeito da injusta desigualdade de que o homem instituiu, ela está errada; tal desigualdade não é uma instituição humana, ou, pelo menos, não é obra do preconceito, mas da razão: cabe àquele dos dois sexos que a natureza entregou a guarda dos filhos responder por isso perante o outro (ROUSSEAU, 1969b, p.697)

Não há a preocupação em entender e distinguir o que foi construído a partir do naturalmente dado, a capacidade de gerar, e do que socialmente foi naturalizado a partir disso. O fato é que atribuir os gostos, características e dotes da mulher a um imperativo natural facilita em muito a argumentação de Rousseau. Por isso ele não se percebe como um tirano na educação das mulheres: sempre se supõe uma educação adequada à natureza e, não, uma educação forjada segundo moldes utilitários no interior de uma sociedade patriarcal. O texto parece manter certa coerência na concepção adotada de mulher e na educação em consonância com essa concepção. O “titubear teórico”, no entanto, aparece em momentos que Rousseau diz que é necessário “treinar” a mulher para certas reações diante de ações específicas, o que deixa transparecer que a natureza não é tão eficiente na sua determinação, carecendo da educação para seu bom direcionamento. Se ele efetivamente acreditava no que escrevia ou caso se trate de mera leviandade, não é um ponto que interesse aqui. Não há como intencionalizar sua consciência para além de seu discurso.

2.3 Educação, igualdade, desigualdade e subversão da identidade da mulher

A partir do direcionamento da educação de Emílio enquanto formação do cidadão foi pensada a figura de Sofia e a educação da mulher. É notório aqui a chamada tese da complementaridade de gêneros: já que Emílio é formado para a vida pública, Sofia é formada para a vida doméstica. Emílio é o cidadão, Sofia é a “rainha do lar” com todos os pejorativos que essa expressão carrega. Essa, no entanto, é uma configuração pedagógica que só se tornou ponto de reflexão crítica a partir do avanço da teoria feminista. Como observa Fernando Quindós (2005, p.173), “a educação de Emílio desagradou todo o continente. (...) Contudo, as críticas que *Emílio* recebeu naquela

época raramente repararam o tratamento que essa obra concedeu às mulheres” . Alvo de vorazes críticas, a educação de Rousseau, contudo, não encontrou embaraço no seu forte caráter subversivo no que tange à formação das mulheres. Essa é uma explicação que poderia ser mobilizada em vista de isentar o autor de seu machismo no sentido de justificá-lo como um “homem de seu tempo”. Ocorre que Rousseau está longe de ser um homem de seu tempo, tanto que suas ideias seminais vigoram e são ainda hoje fonte de relevância nas reflexões acerca dos conflitos estruturais da sociedade. O fato é que Rousseau inovou na teoria do contrato, inovou na educação, mas se manteve preso aos pré-conceitos e cadeias patriarcais das relações de gênero.

Isso é especialmente impactante junto ao filósofo ícone da liberdade e da igualdade. Sua teoria defende relações simétricas assimetricamente concebidas: contempla somente a metade da humanidade. Sua denúncia contra a desigualdade não inclui as mulheres: não se trata da igualdade de todos os humanos, mas de todos do gênero masculino. Segundo observa Rosa Cobo (1996, p.266): “No trabalho de Rousseau, existem dois estados da natureza, dois contratos (o social e o sexual), duas naturezas (masculina e feminina) dois espaços sociais (público e privado) e duas pedagogias (uma para homens – Emílio e outra para as mulheres -Sofia-)”. O caráter utilitário, nesse ponto, é fundamental: no intuito de resguardar a ordem e a igualdade (entre os humanos masculinos) é mobilizada a desigualdade de gênero dentro de um modelo dicotômico de pesos e valores para homens e mulheres. Nessa dicotomia, as mulheres ficam no meio do caminho

É filosoficamente significativo que as mulheres virtuosas na sociedade civil são mais próximas da natureza do que os homens virtuosos. Os homens devem ser transformados e desnaturados em uma boa sociedade, de acordo com Rousseau. A modesta mulher parece ainda tão pouco mais do que não corrompida. Como tal, ela formará uma ligação necessária entre o artifício supremo da boa sociedade, de um lado, e a natureza, de outro (LANGE, 2002, p.31).

O fato é que a incorporação da mulher na sociedade ainda é insuficiente para retirar seu status de pré-social, uma vez que ela não é reconhecida como um sujeito. Rousseau escreve (1969a, p.374) que “o pacto social estabelece entre os cidadãos uma tal igualdade que todos se comprometem sob as mesmas condições, e devem usufruir todos os mesmos direitos”. A questão do sujeito neutro e universal no interior do contratualismo é uma anedota tão repetida que muitos ainda acreditam que “uma tal igualdade entre todos” é inclusiva do ponto de vista de gênero. Ocorre que esse sujeito universal revela-se parcial e particular à medida que se conjugam passagens como a citada acima com outras tantas que enclausuram o potencial das mulheres nas atividades domésticas, por um lado e, por outro, essencializam sua identidade sob a rubrica do cuidado e da subserviência.

A respeito da problemática de gênero envolvendo o sujeito do contrato, Okin e Pateman tecem vigorosas críticas. Enquanto Okin (1979, p.394) afirma que “existe uma tendência generalizada na filosofia política em fazer declarações alegadamente gerais como se a raça humana não fosse dividida em dois sexos e, depois, ignorar o

sexo feminino por completo”. Pateman observa (1989, pp.4-5), por sua vez,

Os teóricos clássicos do contrato (com uma notável exceção) argumentam que a liberdade natural e igualdade eram direito de nascença de um sexo. Somente os *homens* nascem livres e iguais. Os teóricos do contrato construíram a diferença sexual como uma diferença *política*, a diferença entre a liberdade natural dos homens e sujeição natural das mulheres.

A interpretação de Okin sugere uma retórica na qual a linguagem é inclusiva (na qual a rúbrica de “todas” abarca homens e mulheres), mas a prática repercute numa desigualdade mediada pelo gênero. Pateman, contudo, supõe o caráter subversivo e dominador já inerente à caracterização do sujeito do contrato, cuja ideia embrionária abarca somente sujeitos do sexo masculino. Seja em uma ou em outra interpretação, o que ocorre é uma marginalização da figura feminina como um sujeito no interior da sociedade. Nisso se impõe o direito político do homem sobre a mulher em vista o qual a educação e socialização do feminino desempenham papel fundamental.

Fernando Caldeirón Quindós (2005, p.173) observa que “o livro V é um discurso sobre a desigualdade dos sexos”. A educação proposta no livro V, portanto, subverte seu próprio caráter pedagógico uma vez que não é promotora de liberdade, mas ardilosamente engendradora para promover sujeição. Rousseau não concebe a mulher dentro de uma perspectiva de destino humanamente considerada (em que a educação vem no sentido de promover autonomia), mas o que ela deve ser em vista do seu gênero dentro de uma sociedade patriarcal. Conforme observa Else Wiestad (2002, p.171), “Rousseau descreve com precisão e em detalhe uma nova, invasiva e não violenta técnica de controle que visa internalizar a restrição colocada sobre as mulheres através de um programa de educação” .

O discurso acerca da educação não é edificado no sentido de avaliar o potencial inerente à mulher, mas definir qual função ela deve desempenhar em vista da manutenção da vida social. Rousseau não defende a inferioridade feminina, com efeito, agencia a utilidade de sua opressão na manutenção de uma sociedade dita justa e igual. A educação é formadora nos termos de marginalizar as mulheres social e identitariamente. A mulher de Rousseau não define seus rumos, seu destino e sua identidade. “Rousseau pode ser considerado anti-feminista inicialmente porque ele avalia o papel das mulheres em uma luz diferente do que as mulheres querem ou podem fazer” (WEISS; HARPER, 2002, p.46). A educação repressiva é signo do direcionamento do comportamento feminino que leva a mulher a ser o apêndice do homem.

Sofia é o ícone da subordinação feminina, as mulheres de hoje são descendentes de seu jugo. Sua herança se manifesta numa educação pautada por papéis de gênero, a qual carrega no argumento da destinação natural a justificativa para castrar as potencialidades da mulher bem como mantê-la reclusa na esfera da domesticidade. Mesmo, atualmente, com o egresso no mundo do trabalho, as mulheres ainda são descendentes de Sofia, a domesticidade as acompaha quer na especificidade de sua

prática laboral quer no fato de que “os afazeres de seu sexo” se mantém ainda como “seus” independentemente das conquistas e da ocupação do espaço público.

REFERÊNCIAS

CAINE, Barbara; SLUGA, Glenda. **Género e historia: mujeres em el cambio sociocultural europeo, de 1780 a 1920**. Madrid: Narcea Ediciones, 2000.

CALDERÓN QUINDÓS, Fernando. “La mujer en la obra de Jean Jacques Rousseau”. In: **Universitas Philosophica**, n. 40-41, 2003, p. 11-28.

COBO, Rosa. “Sociedad, democracia y patriarcado em Jean Jacques Rousseau”. In: **Papers Revista de Sociología**, n. 50, 1996, p. 265-280.

HONNETH, Axel. Recognition as Ideology. In: BRINK, Bert van den; OWEN, David (ed.). **Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical social theory**. New York: Cambridge University Press, pp. 323-347, 2007.

LANGE, Lynda. “Rousseau and pos-modern Feminism”. In: LANGE, Lynda (ed). **Feminist interpretations of Jean Jacques Rousseau**. Pennsylvania: Pennsylvania state University Press, 2002, pp.24-41.

MARKUS, Ingrid. Feminine Concealment and masculine openness. In: LANGE, Lynda (ed). **Feminist interpretations of Jean Jacques Rousseau**. Pennsylvania: Pennsylvania state University Press, 2002, pp.187-212.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol. 8, N. 8, 2000, pp.9-42.

OKIN, Susan Moller. Rousseau’s Natural Woman. In: **The Journal of Politics**, Vol. 41, No. 2 (May, 1979), pp. 393-416.

PATEMAN, Carole. **The disorder of womem. Democracy, Feminism and political theory**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

ROUSSEAU, J-J. **Du contrat social**. Oeuvres completes. III. Édition publiée sous la direction de Bernard Gagnebin et Marcel Raymond. Paris: Gallimard, 1969 a.

_____. **Emile**. Oeuvres completes. IV. Édition publiée sous la direction de Bernard Gagnebin et Marcel Raymond. Paris: Gallimard, 1969 b.

SPINELLI, Leticia Machado. Crítica feminista ao contratualismo: interfaces de gênero na obra de Rousseau. In: **Revista Café com Sociologia**. Volume 5, número 3, Ago./Dez. 2016, pp.196-213.

WEISS, Penny; HARPER, Anne. “Rousseau’s Political Defense of Sex-Role Family.” In: LANGE, Lynda (ed). **Feminist interpretations of Jean Jacques Rousseau**. Pennsylvania: Pennsylvania state University Press, 2002, pp.42-64.

WIESTAD, Else. Empowerment Inside Patriarchy: Rousseau and the masculine construction of femininity. In: LANGE, Linda (ed). **Feminist interpretations of Jean Jacques Rousseau**. Pennsylvania: Pennsylvania state University Press, 2002, pp.169-186.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-293-7



9 788572 472937